



Cipriano Fernandes*

Cidade da Praia: Que futuro? (5)

“O actual aeroporto da Praia tem deficiências muito graves e insolúveis, a saber, 1) uma pista com apenas 2100 metros de comprimento, 2) uma servidão administrativa que compromete tanto a segurança do Porto da Praia, a sul, como o vasto potencial de desenvolvimento turístico e urbanístico da região de Móia-Móia, a norte, e 3) uma localização geográfica no extremo oriental da região metropolitana da Praia.

Então, perante este quadro desanimador da capital de Cabo Verde, o que fazer?

Estou persuadido de que importa mais falar das oportunidades que se apresentam à frente de toda a região metropolitana. A primeira dessas oportunidades, embora pareça insignificante, é o facto de à frente das respectivas autarquias estarem três presidentes de um mesmo partido político, o PAICV.

Não devemos esquecer que, nesta 2ª República, dos oito mandatos autárquicos conferidos pelos praienses aos dois partidos do arco da governação, 5 foram do MpD e 3 do PAICV. Ou seja, o MpD governou a Praia por muito mais tempo. E com uma vantagem determinante: Em todos os seus mandatos dispôs de maiorias absolutas tanto na Câmara Municipal como na Assembleia Municipal.

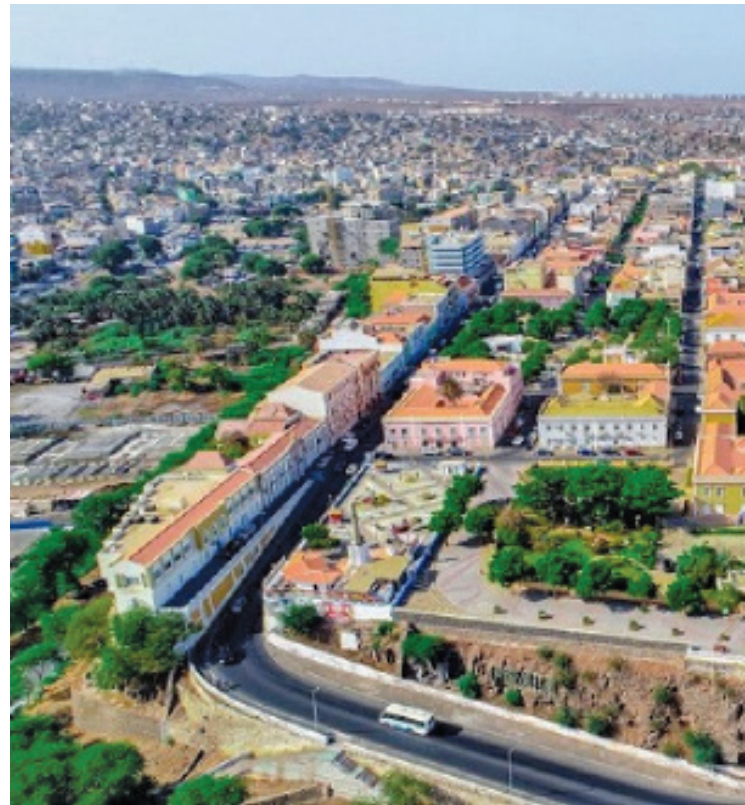
Entretanto, o PAICV apenas entre 2004 e 2008 e entre 2020 e 2024 teve tal vantagem. Entre 2000 e 2004 apenas dispôs de uma maioria relativa e entre 2020 e 2024 simplesmente não conseguiu fazer funcionar a maioria absoluta conseguida à tangente nas urnas, por ter perdido o controlo de um dos seus vereadores. A este tópico regressarei num dos próximos textos. Por ora direi apenas que o MpD foi muito eficaz em conseguir capturar esse vereador do PAICV (muito por culpa da cúpula dirigente deste último) e assim conseguiu inviabilizar completamente a governação de Francisco Carvalho.

Ora, se mesmo com o controlo político absoluto dos municípios da Praia, S. Domingos e Ribeira Grande entre 2008 e 2020, o MpD não quis ou não soube abrir novas e melhores perspectivas de desenvolvimento para esses municípios, antes pelo contrário consumou a sabotagem da nossa capital que iniciou na década de 1990, tenho para mim que o trabalho que Francisco Carvalho, Isaias Varela e Nelson Moreira já fizeram, ape-

sar dos inúmeros obstáculos, para ir buscar o desenvolvimento integrado e sustentado de todo o território sob sua responsabilidade é, em si mesmo, um facto louvável. Porque é sabido e incontestável que as regiões do interior destes três municípios são das mais pobres e atrasadas de Cabo Verde, apesar de estarem geograficamente tão próximas da capital.

Importa, pois, que os municípios da Praia, S. Domingos, e Ribeira Grande continuem a confiar ao PAICV o controlo absoluto destes três municípios até 2032, no mínimo, seja por uma questão de justiça histórica (necessidade de se igualar o número de mandatos - 3 - em que o MpD simultaneamente esteve à frente desses três municípios, para se poder ter bases justas para comparar o desempenho de ambos), seja porque dos dois partidos do arco da governação, o PAICV historicamente foi aquele que prejudicou menos a capital por ter sido muito mais tímido na sabotagem que foi feita, por um lado, e por outro, por ser aquele que consistentemente mostrou maior preocupação e cuidado com a cidade, tendo investido nela muito mais do que o MpD (Circular da Praia, aterro sanitário, novo porto, novo aeroporto, habitação social e asfaltagem das principais vias nacionais e municipais, entre outras infraestruturas).

Com efeito, em todos estes anos de 2ª República não existem registos de qualquer investimento estruturante sério na região metropolitana da Praia que o MpD tenha feito, apesar de, repito, ter estado mais tempo tanto à frente dos três municípios, como à frente do Governo da República (4 mandatos contra 3 do PAICV). Sem esquecer ainda que esse partido, quando ganhou o controlo absoluto da capital em 2008, já tinha totalmente sob sua autoridade os municípios de S. Domingos e da Ribeira Grande, desde a sua criação. Em suma, o MPD, no poder, mostrou sempre muito mais determinação em inviabilizar a capital



do que em a defender.

E, na Praia, infelizmente, o que existe como obra feita pelo MpD são monumentos à incompetência, corrupção, irresponsabilidade, vergonha nacional e impunidade, como o Mercado do Coco. Ou parcerias público-privadas de duvidosa transparência, em que o interesse público sempre saiu a perder, como aconteceu, por exemplo, em Kebra Kanela. Ou como vem acontecendo na Gamboa.

Os actuais autarcas do PAICV precisam, pois, ser mantidos e reforçadas as suas maiorias nas Câmaras e Assembleias municipais porque sou, pessoalmente, testemunha da determinação, visão estratégica e coragem que têm demonstrado, permanentemente açoitados por um Governo central muito hostil. Cientes da complexidade e dificuldade desse processo de integração regional da qual depende a viabilidade da Praia como capital, foram iniciando, nos últimos três anos, todos os processos técnicos e tecnológicos que são os alicerces da transformação radical que precisa acontecer de maneira harmoniosa em todo o território sob o seu comando, e que é absolutamente necessária para o resgate

de uma capital condenada.

Dá a inevitabilidade da sociedade de desenvolvimento regional (SDR) que estes três autarcas do PAICV estão a preconizar e na qual vimos trabalhando, deixando desde já claro que com a configuração territorial actual, a criação de riqueza através do planeamento integrado dos três municípios irá acontecer essencialmente nos territórios de S. Domingos e da Ribeira Grande. Isto significa que o Município da Praia já não será, em termos económicos, o maior beneficiário da expansão em qualidade da capital de Cabo Verde.

Muitas são as vantagens desta SDR em gestação na região mais importante e mais rica do país, um empreendimento cujo sucesso poderá inverter completamente a lógica que tem presidido a toda a política de ordenamento do território nesta 2ª República, que preconiza a balcanização, sem critérios sérios, das nossas pequenas ilhas. E, naturalmente, com um potencial de ser replicado noutras ilhas do país com mais do que um município.

A primeira vantagem deriva do facto de ela obrigar o Governo central e os municípios à mais estrí-



ta e leal colaboração, pois serão os seus principais acionistas, nos termos da Lei das Sociedades de Desenvolvimento Regionais. Não haverá, pois, margem para um Governo central não apoiar o processo sem ficar muito mal na fotografia.

A segunda vantagem de uma SDR prende-se com a elaboração, blindagem e, sobretudo, a implementação lógica e natural de todos os instrumentos de gestão territorial (IGT) sem interferências indevidas ou pressões especulativas. Ainda hoje, infelizmente, tais instrumentos (Plano Director Municipal, Planos Urbanísticos e Planos Detalhados) são extremamente vulneráveis em Cabo Verde, podendo facilmente ser ilegalmente mexidos pelos eleitos políticos, muitas vezes para fins inconfessáveis e em detrimento do interesse público, como fomos testemunhando no Município da Praia ao longo desta 2ª República, para vergonha nossa. Com uma SDR, o máximo que um recém-eleito Presidente de Câmara Municipal pode fazer é mudar o representante do seu município no Conselho de Administração da mesma onde, sozinho, nunca poderá alterar o que quer que seja nos IGT sob respon-

sabilidade dessa sociedade.

A terceira vantagem de uma SDR é o facto de permitir economias de escala muito grandes. Desde logo, pela criação de um Gabinete Técnico Intermunicipal, que permitirá um controlo efectivo e centralizado de todas as directivas de desenvolvimento territorial que forem aprovadas nos IGT e que, igualmente, poderá responder muito melhor pela correcta aplicação dos recursos técnicos, tecnológicos e humanos colocados, neste caso em apreço, ao serviço da região metropolitana. Neste momento, se própria CMP se debate com problemas muito sérios em termos desses recursos, nem falaremos da penúria, a todos os níveis, por que passam os municípios de S. Domingos e da Ribeira Grande, justamente eles que ficaram responsáveis pela protecção e gestão de mais de três quartos do território do antigo concelho da Praia.

A quarta vantagem de uma SDR é o facto de, enquanto entidade financeira que é, constituir o melhor e o mais transparente canal para a atracção e aplicação do investimento externo. Bastará ao investidor estrangeiro (ou nacional) comprar acções da SDR que

esta oportunamente colocará à venda nas Bolsas de Valores e ter, automaticamente, garantias superiores seja da aplicação do seu dinheiro, seja da rentabilidade do mesmo.

A quinta vantagem de uma SDR se prende com o conforto e protecção que Cabo Verde como Nação precisa dar aos donos do principal recurso, o solo. Aliás, conviria que estes fossem incluídos desde o início na constituição das SDRs, como sócios fundadores, devidamente ponderadas as dimensões das suas propriedades. Isso permitirá que eles e os seus descendentes tenham paz e uma justa participação nos futuros fluxos de caixa gerados pelo desenvolvimento urbanístico dos seus terrenos, por oposição ao figurino actual, no qual o Governo de Cabo Verde vem operando como um autêntico burlão, sobretudo nas ZDTIs, onde o que tem feito é dizer ao dono do terreno “Olha, toma este SAQUINHO DE OURO e cala-te, porque quero ser eu a explorar, sem ti, a MINA DE OURO que é o teu terreno.” (Todos sabemos que um terreno com potencial turístico é uma mina de ouro inesgotável se for gerido com competência e sabedoria, por um lado. E por outro, mesmo na efectiva entrega do tal saquinho de ouro o Governo central tem falhado gravemente).

No caso da região metropolitana da Praia, estamos naturalmente a falar de muitas outras valências além do turismo. E, se dos pontos de vista morfológico, geológico, geográfico ou cénico, nem todos os terrenos têm o mesmo valor, todos terão um peso decisivo no desenvolvimento harmonioso do conjunto do território e na qualidade de vida das respectivas populações. De modo que apenas uma SDR pode garantir a colocação equitativa e harmoniosa das benfeitorias urbanísticas sobre o território e, conseqüentemente, uma mais justa distribuição dos rendimentos aos respectivos donos e descendentes, independentemen-

te do uso concreto que o desenvolvimento sustentável do território vier a impor às suas propriedades.

A sexta vantagem da SDR que estes autarcas do PAICV estão a preconizar é o facto de ela ter o potencial de, finalmente, corrigir um dos maiores erros estratégicos da 2ª República, quiçá parte integrante da sabotagem à capital, que é o de imaginar o desenvolvimento da ilha de Santiago sem um aeroporto verdadeiramente internacional, capaz de receber aeronaves de qualquer tamanho. A única ilha em Cabo Verde que merece, pelo peso dos factos e das estatísticas, ter tal aeroporto, é Santiago. Mesmo o hub aeroportuário que hoje se está a implementar no Sal, faria mais sentido e teria muito maior viabilidade se fosse na ilha onde vive mais da metade da população do país.

O actual aeroporto da Praia tem deficiências muito graves e insolúveis, a saber, 1) uma pista com apenas 2100 metros de comprimento, 2) uma servidão administrativa que compromete tanto a segurança do Porto da Praia, a sul, como o vasto potencial de desenvolvimento turístico e urbanístico da região de Mória-Mória, a norte, e 3) uma localização geográfica no extremo oriental da região metropolitana da Praia.

É de capital importância pensar um aeroporto novo, que resolva todas as deficiências do actual e que, ao mesmo tempo, funcione com um dos centros nevrálgicos de um estruturante esquema de mobilidade urbana e regional, vital para o desencravamento e desenvolvimento da Ribeira Grande e de S. Domingos, em particular, e de toda a ilha de Santiago, em geral. E que, de quebra, liberte um terreno valioso de que a capital certamente saberá fazer um bom uso, em benefício dos praienses e não de interesses privados.

A sétima vantagem desta SDR no sul de Santiago é a garantia que a ENAPOR precisa ter (e que a CMP de Francisco Carvalho já garantiu)

na implementação do Plano Director do Porto da Praia, que preconiza a construção do Terminal de Cruzeiros da Praia no Ilhéu de Santa Maria, único local na nossa baía, segundo essa instituição, capaz de albergar tal infraestrutura. Sabendo que o potencial turístico de Santiago se encontra largamente negligenciado, a construção de um decente terminal de cruzeiros devia ser prioridade absoluta do Governo central. Em vez disso, o Gabinete do actual Vice-Primeiro Ministro tem vindo abertamente, há mais de 3 anos, a tentar forçar a CMP e a ENAPOR a comprometerem o futuro desse turismo em Santiago pela inviabilização desse terminal e, potencialmente, do próprio do Porto da Praia, mediante a aprovação de um projecto de loteamento (já aprovado e muito acarinhado pelo Governo do MpD) que visa inventar um aterro de mais de 5 hectares dentro do mar para a produção de 5 lotes para multinacionais da hotelaria.

E neste momento (enquanto os turistas que nos visitam nos navios de cruzeiro desembarcam ao lado de contentores sem condições mínimas de conforto e segurança, prejudicando o funcionamento do Porto e obrigando a Enapor a pagar por cada dia que os navios de marinha mercante ficam parados a esperar ao largo, dada a prioridade que têm os navios de cruzeiro), permanece o jogo de braço surdo para ver quem prevalece e o desfecho é fácil de imaginar se Francisco Carvalho não for reconduzido à frente do Município.

Evidentemente, muito do que está em jogo na nossa pequena e linda baía passa pela definição do futuro do Djeu, tema que necessariamente tratarei num dos próximos textos.

Praia, 17 de Setembro de 2024
(continua...)

***Arquitecto, Director do Planeamento do Território e Habitação da Câmara Municipal da Praia**